



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **Ata n.º 5**

### **2.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 23 de fevereiro de 2018**

Aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Portalegre e no Auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís David Trindade de Moreira Testa, Ricardo Jorge da Costa Trindade Palmeiro Romão, Hugo Chichorro e Silva Capote, Joaquim Francisco da Silva Barbas, Miguel Alexandre Ferreira Monteiro, Maria da Conceição Ceia Miranda, Sílvia Maria Pinheiro Miranda Relvas, Pedro Ribeiro Ranheta (em substituição de Adriano Dias Pedro, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Amândio José Valente e Valente, Fernando António Rebola, José Pinto Leite, Luís Miguel Crespo Carvalho, Maria do Rosário Palhas Narciso, Raúl Cordeiro (em substituição de João Manuel Ribeiro Realinho, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Rosa Maria Vieira Correia Pinheiro, Cristiana Mafalda Silveira Camejo, Carla Lucinda Raposo Mocito, José Cordas Barradas, Diogo Júlio Cleto Serra, João Pedro Meira, Ana Catarina Vilhais, João Manuel Batista Vivas, Luís Miguel Ricardo, Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Francisco José Meira Martins da Silva.-----

O Presidente da mesa, Luís Testa, deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas. Verificada a existência de quórum, deu conhecimento do expediente recebido pelos serviços de apoio administrativo daquela Assembleia Municipal e informou que a generalidade da correspondência estava disponível na plataforma. Sendo aquela uma Assembleia ordinária, disse que iriam passar ao período de intervenção do público.-----

#### **Período de intervenção do público:**

Não houve inscritos.-----

#### **Período antes da ordem do dia:**

No uso da palavra, Miguel Monteiro, relativamente ao funcionamento das freguesias rurais, referiu que tinha havido uma ausência de discussão e de apoio por parte do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

executivo camarário. Salientou que algumas daquelas freguesias tinham problemas do ponto de vista financeiro que se agravavam com o passar do tempo e, muitas das vezes, os meios disponibilizados às freguesias para fazerem o seu trabalho tinha faltado, nos primeiros meses de mandato. Deixou ali o repto para que a situação fosse invertida e para que todas as freguesias, sem exceção, não tivessem de justificar todos os dias, perante as suas populações, incapacidades que não lhes eram devidas. Quanto à nomeação dos novos órgãos para a Fundação Robinson, aprovados em reunião de Câmara na semana passada, perguntou à Presidente da Câmara se mantinha a intenção de proceder à alteração estatutária, que permitia ao atual Presidente e vogais terem remuneração, tal como tinha sido discutido no anterior mandato autárquico?

Mais perguntou como é que a Presidente da autarquia se tinha esquecido de entregar a sua declaração de rendimentos junto do Tribunal Constitucional?

Por outro lado, questionou a Presidente acerca das prioridades estratégicas para o concelho de Portalegre, pois havia coisas que estavam à vista de todos que eram prioritárias e outras perfeitamente acessórias, como por exemplo: o investimento de dinheiro do erário municipal no aluguer de uma tenda para os festejos de Carnaval, sendo que Portalegre tinha equipamentos disponíveis e que poderiam ter sido aproveitados, como por exemplo: o Mercado Municipal.

Por último, acrescentou que a cidade continuava com vários pontos negros e, em cento e cinquenta e seis páginas do relatório da atividade municipal ali apresentado, não havia referência a um dos pontos mais negros que era a Av.<sup>a</sup> do Bonfim, para a qual, no anterior mandato autárquico, todos os vereadores tinham deixado o trabalho feito, para qua aquela zona fosse intervencionada e para evitar os sucessivos acidentes e casos graves que lá tinham acontecido. Os efeitos negativos daquela artéria tinham de ser atenuados, quanto antes. -----

A Presidente da Câmara cumprimentou os presentes e, relativamente à situação das freguesias rurais, disse que iria estar mais atenta e presente. Referiu terem havido reuniões do Conselho Municipal de Proteção Civil em que tinham também sido convocadas todas as freguesias, embora algumas não tenham comparecido.

Relativamente à alteração estatutária da Fundação Robinson, informou que iriam fazê-la e tinha de ser elaborado um registo dos estatutos, os quais previam que as pessoas integradas na direção pudessem ser remuneradas. No entanto, o que tinha sido estipulado entre si e o Presidente da direção foi que, enquanto a Fundação não tivesse uma situação financeira estável, tal procedimento não teria lugar. Foram pois aceites as condições estipuladas. Portanto, ainda estavam em vigor os anteriores estatutos, publicados desde dois mil e cinco. Mais referiu que seria a nova direção a registar os novos estatutos e, quando a Fundação Robinson estivesse mais estável, poder-se-ia equacionar a possibilidade de discutir ali o assunto, conforme achassem conveniente.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente às declarações de IRS ao Tribunal Constitucional, disse ser verdade que não tinha entregado dentro do prazo. Contudo, já estava tudo em conformidade.

Quanto às opções estratégicas e, mais concretamente, ao aluguer da tenda disse que muitas das vezes o que se dizia não correspondia à verdade e, aquele caso, era mais um, pois a tenda não tinha custado nada ao Município, uma vez que o Município tinha boas relações com todas as autarquias do distrito e, naquele âmbito, a mesma tinha sido emprestada pelo Município de Castelo de Vide. Mais informou que os únicos custos foram relacionados com a montagem e desmontagem da tenda, pelos serviços camarários, a quem agradeceu o esforço.

Quanto à Av.<sup>a</sup> do Bonfim, disse que tinha chegado à Câmara, recentemente, sem que tivesse sido possível ter-se integrado no relatório, a aprovação da operação de requalificação daquela avenida. A candidatura foi submetida atempadamente e já tinha sido aprovada, pelo valor de duzentos e noventa e sete mil, duzentos e cinquenta e três euros e dezoito cêntimos. O investimento total proposto para a operação ascendia a duzentos e cinco mil, cinquenta e oito euros e noventa e cinco cêntimos, com iva incluído e não ficou nenhuma componente de fora, do que tinha sido proposto inicialmente. Acrescentou que toda a operação de requalificação iria ficar para consulta, no âmbito do PAMUS.-----

No uso da palavra, Rosário Narciso, na sequência da obra de remoção das coberturas de amianto do Tribunal, na qual não foram respeitadas as indicações constantes da Portaria n.º quarenta de dois mil e catorze, nomeadamente no que se referia à proteção e alerta aos moradores da zona, para se evitarem as poeiras decorrentes daquela remoção, perguntou à Presidente da Câmara se para a obra que decorria na Biblioteca Municipal, que era responsabilidade da autarquia, e onde também era retirado amianto, iriam ser tomadas as medidas de acautelamento e se os funcionários não teriam de ser deslocalizados durante o período de remoção dos materiais e inclusive se os moradores daquela zona seriam avisados do perigo que corriam, relativamente à exposição ao amianto?-----

A Presidente da Câmara disse que a obra do Tribunal não era responsabilidade do Município de Portalegre. No entanto, todos os procedimentos tinham sido aprovados pelo ACT, que acompanhava de perto a autoridade das condições de trabalho, além de que, existia um diretor de obra e um diretor de segurança no trabalho. A empresa responsável por aquela obra era especializada na remoção de fibro cimento e teve todos os cuidados necessários.

Quanto à questão da biblioteca, disse que, por precaução, mandaram partes de matéria para análise, pois tinham dúvidas que se tratasse de fibro cimento, mas sim de naturo cimento, o que era uma completamente diferente e que já não tinha amianto na sua composição. Salientou que aquelas placas não estavam sujeitas às intempéries porque estavam abaixo da telha e estavam a prever todas as possibilidades para que não ocorresse algo que colocasse em perigo os trabalhadores que ali se encontravam.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

De qualquer forma, por precaução, os mesmos seriam retirados do edifício durante algum tempo, até que se tenha a certeza de que não havia perigo de amianto. -----

Miguel Monteiro, relativamente à questão das remunerações dos órgãos da Fundação Robinson, disse que não dependiam da situação financeira, mas sim da aprovação, ou não, da proposta dos novos estatutos. Os anteriores estatutos nem previam aquele tipo de remuneração.

Quanto às prioridades da Presidente da autarquia, disse que estavam invertidas, independentemente de ter gasto pouco dinheiro com os festejos de Carnaval, mas a verdade era que, na questão da Av.<sup>a</sup> do Bonfim, aquilo que tinha ficado combinado entre todo o anterior executivo municipal foi que, independentemente da candidatura ser aprovada, a Câmara intervesse antes do início do ano escolar, de modo a serem feitas intervenções pontuais e se colmatasse os maiores defeitos que a zona tem.

Ainda em relação às freguesias, disse que lhe custava a acreditar que a Presidente da Câmara não tivesse alguma disponibilidade na sua agenda para se deslocar às freguesias. Gostaria ainda de saber qual era o Vereador do Executivo Municipal que fazia a ligação às freguesias, além do facto de ainda não se ter visto nada esclarecido quanto à delegação de competências nos Vereadores, em regime de permanência.

Por último, referiu que a Presidente da Câmara tinha aparecido na comunicação social como a grande promotora de algo imprescindível para a cidade, nomeadamente a obra de requalificação no Museu das Tapeçarias, quando, na verdade, deveria ter indicado que se não fosse a intervenção da Entidade Regional de Turismo, através do “Programa Valorizar”, a Câmara Municipal de Portalegre não poderia, de todo, ter as condições para requalificar o espaço em causa, com uma participação a fundo perdido de noventa por cento. -----

A Presidente da Câmara lembrou que, na primeira reunião, foram dadas a conhecer as competências dos Vereadores e quem fazia a “ponte” com as juntas de freguesia era o Eng.<sup>o</sup> Nuno Lacão e tinha conhecimento de terem já reunido com os respetivos Presidentes. De qualquer forma, disse que não se demitia do seu papel de acompanhar as freguesias.

Salientou que tinha uma boa relação com o Turismo de Portugal e, atualmente, dos cerca de trezentos municípios, cento e tal tinham recorrido àquela candidatura aberta, em que qualquer município ou freguesia podia recorrer. O “brilharete” não seria seu mas mais dos técnicos camarários que elaboraram o projeto e submeteram a candidatura. -----

O Presidente da mesa disse que lhe tinham chegado um conjunto de moções e recomendações que iriam ser ali debatidas antes do período da ordem do dia. -----

### **Moção – CDU (Diogo Serra)**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“Os trabalhadores dos CTT, com o apoio das populações e de inúmeras autarquias, realizaram hoje em Lisboa uma significativa ação de protesto e de luta.

Protesto com relação à forma como não estão a ser respeitados os seus direitos enquanto trabalhadores e cidadãos e os direitos das populações em terem garantido um serviço postal universal.

Luta necessária e justa para garantir às populações e ao país um serviço público que não só é essencial como não é compatível com a busca cega do lucro que caracteriza uma empresa privada.

Depois dos contactos com as populações, reuniões com comissões de utentes e com autarquias, das audições com os Grupos Parlamentares, das audições nas Comissões de Trabalho e Economia da Assembleia da Republica, das reuniões com a ANACRON e ANMP, depois dos plenários e contactos com os trabalhadores a nível nacional e da greve realizada em Dezembro passado é agora claro para todos que os CTT têm que aumentar o número de trabalhadores, de giros e de estações atualmente existentes e não, como anunciaram e preparam, fechar estações, despedir trabalhadores e isolar ainda mais as populações.

Perante o autismo da Empresa justifica-se a exigência da reversão total da privatização dos CTT, conforme Petição já entregue na A.R.

A Assembleia Municipal de Portalegre não pode ficar indiferente ao desmantelamento do serviço postal, também no seu território e por isso:

1. Apoia a luta desenvolvida pelos trabalhadores da empresa (que hoje mesmo teve expressão pública com a greve e manifestação em Lisboa);
2. Junta a sua voz a quantos têm vindo a defender junto do Governo da República a necessidade deste, assumindo as suas responsabilidades no sentido de salvaguardar a rede pública postal, tome as medidas necessárias para reverter a privatização dos CTT e garanta que o serviço postal universal volte a ser prestado com qualidade às populações e empresas independentemente do local onde estão inseridas.”

### **Moção – CDU (Rosário Narciso)**

“No dia 29 de agosto de 2017, o comboio de passageiros voltou a circular na linha do Leste, entre o Entroncamento e Badajoz, parando todos os dias na estação de Portalegre e garantindo uma ligação diária do concelho ao resto do país e a Espanha. Esta medida, decorreu de uma proposta de “Os Verdes” na Assembleia da República, aprovada por unanimidade e que recolheu um forte apoio das populações, dos sindicatos e de outras entidades, assim como de muitos autarcas do concelho e do distrito. A reposição deste serviço representa um sinal de mudança positivo relativamente à política ferroviária que, durante décadas, foi orientada para encerrar linhas no interior do país, nomeadamente, no Alentejo. Ainda assim, urge melhorar as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

condições do serviço, com material circulante mais moderno, de forma a reduzir o tempo de viagem, com a criação de novos horários e melhorando a ligação das estações com os aglomerados urbanos para que a linha do Leste venha a dar uma plena resposta às necessidades das populações e do desenvolvimento do distrito.

No caso do concelho de Portalegre, a solução mais adequada, tanto do ponto de vista energético e ambiental, como a nível do ordenamento e desenvolvimento do território, passa pela construção de um pequeno ramal ferroviário (cerca de 8 a 10 Km).

Ligar a Linha do Leste ao parque industrial, onde está também localizado um dos polos do Instituto Politécnico de Portalegre, é aproximar o comboio da cidade, ligando a capital do distrito a Lisboa, Porto, Espanha e, em breve, a Évora e ao Porto de Sines, com a construção da linha Sines/Caia. Este investimento é atrativo para os passageiros, nomeadamente para os turistas, e apresenta-se como uma verdadeira oportunidade a nível de acessibilidades, com ganhos óbvios, em tempo e competitividade, para o parque industrial de Portalegre.

Os poucos quilómetros da infraestrutura em causa, o facto de a sua construção não apresentar qualquer dificuldade ao nível das características do território e atendendo a que se situa numa zona abrangida pelos fundos comunitários inter-fronteiriços, não requerendo assim um esforço financeiro nacional, foram as razões que levaram o Partido Ecologista Os Verdes a dar entrada de uma proposta no Parlamento para que sejam dados os primeiros passos para a construção deste ramal ferroviário e ao lançamento da campanha “Um postal pelo ramal”, que tem sido acolhida com muito entusiasmo e concordância pela população, e que levam os eleitos da CDU a propor que a Assembleia Municipal de Portalegre, reunida a 23 de fevereiro de 2018, delibere:

- Reconhecer a importância e a mais-valia que a construção de um Ramal ferroviário de ligação da linha do Leste, entre a estação ferroviária de Portalegre e o parque industrial do concelho, representa para promover o desenvolvimento da cidade e do concelho de Portalegre e o importante contributo que daria para mitigar as assimetrias regionais.

- Enviar à Assembleia da República, a todos os grupos parlamentares, ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas e aos órgãos de comunicação local e regional.”

No uso da palavra, Ricardo Romão disse que tinham lido com atenção a moção apresentada pela CDU e tinham uma resposta à moção, que seria uma sugestão do Grupo Municipal CLIP, a qual iria entregar à mesa, mas que gostaria de ler primeiro:

### **Moção – CLIP (Ricardo Romão)**

“Em sequência à Moção “Pelo Ramal Ferroviário de Portalegre”, proposta pela CDU na Assembleia Municipal de 23.02.2018, vem o Grupo Municipal da CLIP valorizar a iniciativa despoletada pelo Partido Ecologista “Os Verdes” nomeadamente em sede de Assembleia da República, como uma chamada de atenção para o desinvestimento e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

alienação dos decisores políticos sobre as questões da circulação ferroviária, sobretudo nas regiões do interior do país.

A reflexão e discussão sobre esta temática, nos últimos anos, de que foi exemplo a “Plataforma Alto Alentejo 2020”, permitiu entender as fragilidades nas vias de circulação no Alto Alentejo, e em particular na questão da ferrovia.

O documento “Estratégia de Desenvolvimento Territorial e Plano de Ação Alto Alentejo 2020” (CIMAA, 2014) indica, a este respeito:

*“No domínio da Rede ferroviária, e como consequência das resoluções emanadas do Plano Estratégico de Transportes, em matéria de circulação de passageiros a desativação foi total e a de mercadorias ainda se processa na Linha do Leste. O Plano Estratégico de Mobilidade Sustentável do Alto Alentejo constata reduzidos níveis de procura potencial média no território mas sugere que seja equacionado um conjunto de medidas que permitam reverter a situação e devolver este modo de transporte às populações, embora com características diferentes e um enquadramento desenvolvimentista abrangendo o aproveitamento do traçado da Linha do Leste que liga Abrantes a Elvas e com a ligação ao Caia, intervenção combinada com a concretização da Plataforma Logística, para o transporte de pessoas e de mercadorias.*

*Esta questão remete para a necessidade de promover uma análise ponderada da rede ferroviária que tem vindo a perder sistematicamente importância na programação dos investimentos públicos com consequências profundamente negativas para o ordenamento do território no conjunto da Região, que justificaria uma lógica de conectividade das capitais de Distrito (Beja, Évora e Portalegre), bem como a sua articulação com o Porto de Sines e a Plataforma Logística de Elvas.*

*No essencial, trata-se de estruturar um eixo que consolide a rede ferroviária convencional baseada na requalificação da Linha do Leste.*

*Uma aposta coerente e organizada na rede ferroviária, como fator decisivo para um ordenamento do território que contemple uma mobilidade mais sustentável, não dispensa uma atenção muito especial à reabilitação das principais estações de caminho de-ferro que servem aqueles centros urbanos com particular destaque para a Estação de Portalegre que deveria estar plenamente integrada na malha urbana contrastando com a sua situação atual.”*

Na questão específica em apreciação, reiteramos como positiva esta discussão. No entanto julgamos que:

- a) O regresso do comboio de passageiros à linha do Leste, embora possa ser vista como positiva, por ter havido uma inversão na intenção de desativação deste serviço, continua sem acrescentar muito às opções reais de circulação no Alto Alentejo;
- b) É necessário que haja estudos técnicos mais ponderados sobre as várias opções futuras, conhecendo as implicações de qualquer alteração e a mais valia para os utilizadores individuais e empresariais;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

c) O foco exclusivo na criação de um ramal ferroviário é demasiado redutor daquilo que deve ser a utilização da ferrovia; uma solução desse tipo pouco acrescentaria ao transbordo que já é realizado por transporte rodoviário da estação de Portalegre para o centro da cidade (a zona Industrial dista cerca de 4 km do centro da cidade);

d) Uma solução com perspectivas futuras poderia passar, antes, pela alteração do próprio traçado da atual linha, para junto da malha urbana, em simultâneo com a melhoria desta linha (eletrificação, etc.) que permita uma velocidade e comodidade de circulação mais efetivas;

e) Sem uma melhoria na linha que permita a circulação equiparável ao serviço ferroviário do litoral do país e da Europa, em qualidade de circulação, horários regulares, ligação com as restantes plataformas, nunca será possível que a ferrovia seja, de facto, uma alternativa.

Julgamos que, basear esta discussão e todos os esforços apenas na reivindicação de um ramal ferroviário da atual estação para a zona industrial, é apenas um capricho que minimiza o problema mas não cria uma solução. E, admitindo-se a possibilidade de uma decisão favorável neste sentido por parte do Estado, seria totalmente limitativo de procurar melhores soluções, mais efetivas e eficazes no futuro.”

Ricardo Romão salientou que a CLIP era favorável ao facto de a CDU ter despoletado aquela situação e achavam que aquela proposta podia ser um contributo para que fosse melhorada e pudesse ser feita uma comissão, em sede de Assembleia, para elaborar uma moção conjunta e unânime, para depois ser apresentada.-----

José Pinto Leite disse sonhar com o dia em que houvesse uma linha de caminho de ferro na Zona Industrial, pois seria sinónimo de existirem grandes fábricas naquela zona, para escoar os produtos. Tinha de se fazer crescer o parque industrial e Portalegre tinha de ser, novamente, uma das cidades industriais a sul do Tejo e estar à cabeça, enquanto capital de distrito. No entanto, não lhe parecia que fosse para já, porque não havia mercadorias para escoar e ter, efetivamente, um ramal na Zona Industrial. Portanto, havia prioridades de reivindicação, de esforço, para que surgissem novas indústrias e escoamento dos produtos. Era preciso trabalhar a montante, para que a infra estrutura fosse de tal forma necessária, que tivesse mesmo de ser construída.-----

Hugo Capote disse que lhe custava a entender que uma moção que tinha sido entregue somente vinte e quatro horas, antes daquela Assembleia, sem que houvesse um contacto por parte da CLIP, para se ter chegado um acordo e melhorado a primeira moção da CDU. Possivelmente, o facto de só o terem escrito mais tarde, foi com o objetivo de por a discussão do ramal e da ferrovia no concelho e no distrito. Considerou ser importante terem dado o pontapé de partido naquele assunto e se a CLIP não concordava com a opção da CDU eram livres de votarem,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

democraticamente, contra e tiravam-se as ilações políticas que tivessem de ser tiradas. Se, pelo contrário, a CLIP quisesse ter uma discussão séria, ponderada e racional, então aprovariam a primeira moção/recomendação e sentar-se-iam à mesa a discutir a melhor solução. Salientou que o investimento público é que criava aquelas oportunidades e não o privado. -----

O Presidente da mesa propôs que se inaugurasse um ciclo de fóruns e debates, promovidos pela Assembleia Municipal de Portalegre, e, em abril ou maio, organizar algo sólido, convidando personalidades como o Presidente das Infraestruturas de Portugal, o Presidente da CP, o Secretário de Estado dos transportes, o Ministro do Planeamento, no sentido de debater algumas estratégias sensíveis para o concelho. ---

Ricardo Romão disse que a intenção da sua intervenção não tinha sido para melindrar ninguém e, a CLIP, embora tentasse focar aquele assunto em Portalegre, a discussão deveria ser alargada à região. Inclusivé, aquando da discussão da “Plataforma Alto Alentejo 2020” a empresa Delta era uma das que se associava à iniciativa porque também precisava de um ramal que os servisse.

Portanto, na questão do ramal, concordavam que a questão tivesse sido despoletada e mais valia prever uma reestruturação de toda a via na região.-----

Diogo Júlio recordou que, já em mil novecentos e dez, a Comissão Municipal Republicana, na sua primeira reunião, discutiu a necessidade de trazer para a cidade a estação do caminho de ferro. Portanto, não era por falta de ter sido reivindicada há muito. Tinha sido mais por manobras que empurravam para tempos imemoriais aquilo que deveria ter sido feito. A questão fulcral era que o primeiro passo tinha de ser dado e se não já se tivessem tomado medidas o comboio continuava a não ter vindo para Portalegre e a ficar por Abrantes. -----

### **Recomendação – CDU (Hugo Capote)**

“Mais uma vez os municípios são confrontados com limitações à sua autonomia no que respeita ao acesso a fundos comunitários para financiamento da requalificação e modernização dos sistemas de água e saneamento de águas residuais que são fundamentais para uma gestão mais eficiente do Ciclo Urbano da Água.

Sob o argumento que a apresentação de candidaturas aos fundos comunitários só serão possíveis a entidades gestoras que abranjam no mínimo 50.000 habitantes residentes e envolvam a totalidade da área territorial de 3 ou mais concelhos, o governo e as CIMs tem vindo a desenvolver esforços visando levar à constituição de entidades gestoras de águas e resíduos em baixa que originarão a alienação das responsabilidades dos municípios na gestão dos serviços de águas e de saneamento de águas residuais.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hoje mesmo o distrito recebeu a visita do Sr. Secretário de Estado do Ambiente para esclarecimentos sobre a matéria.

A Assembleia Municipal já foi chamada a pronunciar-se sobre a verticalização dos sistemas de água e saneamento e reafirmou a sua intenção de não abdicar do direito e responsabilidade de garantir a distribuição de água em baixa.

É agora o momento de reafirmar essa vontade e de assumirmos o papel de município capital de distrito.

1 - Sendo certo que a apresentação de candidatura ao aviso PROSEUR que se prevê ser publicado em Abril e destinado a “entidades gestoras dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais que abranjam no mínimo 50.000 habitantes residentes e envolvam a totalidade da área territorial de 3 ou mais concelhos, em que pelo menos 2/3 dos concelhos têm obrigatoriamente de se localizar em territórios contíguos”;

2 – Sendo certo que este Município dispõe de Serviços Municipalizados de Água e Transportes, com capacidade técnica que lhes permite garantir todos os procedimentos necessários a uma entidade gestora.

3 – Havendo a possibilidade de sem custos acrescidos poderem ser os SMATs a constituírem-se como entidade gestora que inclua os vários municípios do distrito.

A Assembleia Municipal de Portalegre recomenda ao Executivo Municipal que recuse alienar o seu direito de gerir a sua rede de abastecimento de água e de saneamento e que, através dos SMATs disponibilize aos restantes municípios do concelho a possibilidade de sem perda da sua autonomia possam assumir os SMATs como parceria colaborativa sem que tal implique a alienação da gestão por cada um dos municípios.”

Miguel Monteiro deu as boas vindas a uma ideia que tinha sido defendida pelo PS, em diversas ocasiões, e que permitia alavancar a capacidade dos Serviços Municipalizados, os quais tinham a capacidade técnica e o knowhow para colocar ao serviço de uma região. Era com agrado que o Grupo Municipal do PS acolhia a recomendação feita pela CDU, sobre a matéria, esperando que fossem dados passos concretos para que tal fosse uma realidade. -----

### **Moção – CLIP (Luís Carvalho)**

“A Estratégia Europa 2020 assume como uma das suas principais prioridades o Crescimento Sustentável, enfatizando a necessidade de promover uma economia mais eficaz, ecológica e competitiva. Para a sua prossecução define diversos objetivos, nomeadamente relacionados com a energia, com destaque para a “obrigatoriedade” de reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (face aos níveis de 1990) e aumentar para 20% a representatividade das energias renováveis no consumo energético final.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O cumprimento destas metas por Portugal implica uma forte aposta nas energias alternativas (renováveis), seja pelos importantes impactes ambientais, sociais, económicos seja pela minimização da dependência energética externa, nos territórios com melhores condições para a sua implantação. Portalegre, em particular, pode ter um contributo muito relevante para o cumprimento deste desafio nacional, face às características naturais e infraestruturais que possui, nomeadamente no que se refere ao aproveitamento de um dos mais importantes recursos energéticos renováveis: a biomassa.

As vantagens comparativas e condições excecionais do concelho nesta dimensão têm sido relevadas e consideradas pelo Estado português em diversas ocasiões e períodos temporais. Quando, em 2006, foram lançados os procedimentos concursais para a construção e exploração de centrais de biomassa florestal residual, Portalegre foi um dos Municípios selecionados por comprovadamente garantir a sustentabilidade do abastecimento do recurso florestal e pelo elevado risco de incêndio que apresentava. A avaliação realizada no âmbito do Concurso gerou a seleção de Portalegre para a instalação de uma central até 10 MW que, infelizmente, nunca se viria a concretizar, num quadro de (re)definição das prioridades governativas. Nos últimos 12 anos, o Município e diversas instituições e agentes locais/regionais (com destaque para o Instituto Politécnico de Portalegre) deram passos seguros para reforçar as singulares condições de atratividade (parcerias estratégicas, know how, projetos e I&D, instalação de uma unidade piloto de valorização de recursos biomássicos, estruturas empresariais e de transferência tecnológica nas bioenergias, entre outros) permitindo que, atualmente, Portalegre possua uma envolvente e uma posição privilegiada no contexto nacional para acolher infraestruturas com dimensão relevante em torno da valorização da biomassa. Estas infraestruturas podem e devem assumir-se como verdadeiras âncoras estruturantes de uma estratégia de desenvolvimento municipal, em curso, centrada no ambiente, na defesa, preservação e ordenamento da floresta, na fixação de agroindústrias e na afirmação da Zona Industrial como uma importante centralidade regional em termos de emprego qualificado.

Neste quadro, num momento em que existe uma nova iniciativa governamental (Decreto-Lei nº 64/2017, de 12 de Junho) que pretende atribuir as potências disponíveis aos Municípios melhor posicionados para acolher as novas centrais de valorização da biomassa, é fundamental que Portalegre afirme a sua capitalidade sub-regional, enfatizando as suas vantagens comparativas e comprovando que, indubitavelmente, é o Município do Alto Alentejo que melhor responde aos requisitos estabelecidos no referido enquadramento legislativo.

1. Central de Valorização de Biomassa de Portalegre: oportunidade para promover a defesa, preservação e ordenamento florestal, reduzindo o risco de incêndio no Parque Natural da Serra de São Mamede (PNSSM). A área florestal tem um papel decisivo no presente e no futuro do Município, pela extensão que possui (mais de 18.000 ha), pela elevada sensibilidade ao risco de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

incêndio e pelas dimensões sociais e económicas que lhe estão associadas. Para além das áreas protegidas terem uma dimensão muito significativa na ocupação do solo (Sítio de Importância Comunitária da Rede Natura 2000 – PTCO0007 São Mamede), o Perímetro Florestal da Serra de São Mamede (regime florestal parcial, gestão do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF) tem uma área superior a 360 ha. O progressivo abandono das áreas florestais (e agrícolas) em função de mudanças demográficas (aumento da idade dos proprietários; ausência de continuidade geracional) e económicas (constrangimentos financeiros dos proprietários e reduzido retorno financeiro da atividade agroflorestal) condiciona ou inviabiliza a limpeza dos espaços florestais, potenciando o risco de incêndio. O aumento da resiliência aos incêndios passa por reduzir os fatores de risco, por implementar uma política integrada de prevenção estrutural e por garantir uma união de esforços público-privados e uma sensibilização dos proprietários para a necessidade de investir na floresta.

A construção da central, ao ampliar o valor dos recursos florestais (a valorizar energeticamente), é uma oportunidade de negócio a explorar pelos proprietários, gerando um novo olhar sobre os espaços numa perspetiva económica e, Consequentemente, potenciando uma aposta forte e consistente na defesa e preservação dos mesmos (com impacte direto na redução do risco de incêndio). Por outro lado, sendo um projeto estruturante, poderá igualmente ser determinante para criar uma maior dinâmica de investimento/renovação do próprio espaço florestal do PNSSM, com impacte e benefícios específicos na valorização do recurso e no potencial de promoção do reflorestamento integrado que induz.

2. Central de Valorização de Biomassa de Portalegre: oportunidade para reforçar parcerias e sinergias estratégicas e para criar e atrair empresas de base tecnológica (gerar emprego qualificado).

Nos últimos anos, diversas instituições, entidades e agentes locais/regionais, têm promovido ações específicas para criar valor na área das energias verdes e no aproveitamento energético dos resíduos.

O Instituto Politécnico de Portalegre e a Câmara Municipal de Portalegre têm assumido um papel central nesta estratégia. Desde a criação do BioBIP – Bioenergy and Business Incubator of Portalegre, à oferta de cursos na ESTGP, vocacionados para a área da Bioenergia (tecnologias de produção de biocombustíveis), passando pela instalação na Zona Industrial de uma Unidade Piloto de Valorização de Recursos biomássicos, muitos são os exemplos demonstrativos.

A instalação da central de biomassa permitiria reforçar e dar outra escala a estas iniciativas, sinergias e parcerias virtuosas e, simultaneamente, atrair e fixar empresas de base tecnológica nas áreas das energias renováveis, do ambiente e da valorização energética de recursos, gerando emprego qualificado e uma relevante massa crítica na região numa importante cadeia de valor.

Por outro lado, permitiria o reconhecimento e afirmação do Instituto Politécnico de Portalegre no contexto nacional, numa área emergente, diferenciadora, altamente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

especializada e qualificada, gerando um impacto significativo nos índices de procura e no potencial de empreendedorismo (criação de empresas fornecedoras e/ou de apoio à central) dos alunos após concluído o seu percurso académico (incluindo fixação de residência no concelho).

Releve-se ainda que Portalegre possui uma subestação no seu território (S. Vicente) com capacidade de receção de potência de produção e que está em instalação outra promovida pela EDP – Distribuição, S.A (nos lotes 256/257 da Zona Industrial), garantindo a capacidade de receção na rede da energia produzida na Central. Assim, por considerar que Portalegre cumpre os 4 requisitos previstos no Decreto-Lei nº 64/2017, de 12 de Junho (1. proximidade com zonas críticas de incêndio ou com povoamentos florestais; 2. existência de capacidade de receção de potência nas redes;

3. Proximidade em relação a outras centrais a biomassa florestal ou outras indústrias do sector florestal, consumidoras de biomassa florestal; 4. possibilidade de implantação, preferencialmente, em zonas ou parques industriais, áreas de localização empresarial ou outras zonas que permitam ou propiciem, complementarmente, o aproveitamento da energia térmica), que é o concelho do Alto Alentejo melhor posicionado para receber esta estrutura (sendo o raio de ação para a recolha viável dos resíduos biomássicos de 30km é possível integrar os concelhos de Castelo de Vide, Marvão, Alter do Chão, Arronches, Crato, Fronteira, Monforte e Nisa, neste processo, viabilizando uma potência elétrica entre 3 a 4 MW) e que existe um comprometimento do Estado português no passado (2006) com o Município que foi quebrado de forma unilateral, injusta e injustificada, reivindica-se a construção da central de valorização de biomassa de Portalegre.

Neste quadro, atenta à importância das políticas estruturais de desenvolvimento do país, da região do Alto Alentejo e, sobretudo, do Município, o grupo municipal da Candidatura Livre Independente por Portalegre (CLIP), vem reforçar a necessidade de, nesta fase de avaliação da candidatura (apresentada pela Câmara Municipal de Portalegre, em janeiro de 2018), a Assembleia Municipal assumira uma atitude proativa, construtiva e empenhada na reivindicação da construção da central de valorização de biomassa de Portalegre, enquanto meio de prossecução real dos objetivos plasmados na Moção:

- i) oportunidade para promover a defesa, preservação e ordenamento florestal, reduzindo o risco de incêndio no Parque Natural da Serra de São Mamede;
- ii) oportunidade para reforçar parcerias e sinergias estratégicas e para criar e atrair empresas de base tecnológica (gerar emprego qualificado).”

Luís Carvalho solicitou à mesa que, caso aquela moção fosse aprovada, fosse remetida ao Presidente da República e aos diversos Ministros que tutelavam as áreas da floresta, da energia, das autarquias locais e, posteriormente, ao Presidente da Comunidade Intermunicipal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Hugo Capote perguntou se a candidatura já tinha sido entregue? Se sim, gostaria de saber quando? -----

Luís Carvalho disse que, no final do mês de janeiro, aquela candidatura tinha sido apresentada ao Secretário de Estado e ao Ministro, aquando duma iniciativa desenvolvida no concelho. Consideravam ser o momento oportuno para ser analisada, avaliada e também para a Assembleia Municipal se pronunciar e poder fazer pressão junto das entidades competentes para a sua aprovação. -----

Hugo Capote questionou se candidatura tinha sido formalmente apresentada, ou se tinha apenas havido um processo intenção? Também não tinha percebido quem foram os governantes que estiveram presentes. Embora fosse votar aquela moção favoravelmente, entendia que teria mais efeito se tivesse sido votada anteriormente à apresentação da candidatura e anexa à mesma. -----

A Presidente da Câmara referiu que, no âmbito da Comunidade Intermunicipal, aquela candidatura do Município de Portalegre já tinha sido apresentada e entregue ao Ministro do Trabalho, no decorrer de um evento realizado há quinze dias. Também foi ao Secretário de Estado da Proteção Civil e ao Secretário de Estado das Florestas. Tencionavam entregar ainda ao Secretário de Estado da Energia. Disse que tinha consigo um exemplar do estudo realizado, o qual iria entregar ao Presidente daquela Assembleia Municipal, a todos os membros da mesma e também às entidades ali mencionadas, em suporte informático. Salientou que aquele trabalho teve por base o trabalho já realizado em dois mil e seis, em que o Município já reunia as condições para que a Central de Biomassa ficasse cá implantada. Sublinhou que não era uma candidatura, mas sim uma decisão do Governo. -----

O Presidente da mesa disse que o trabalho ficava à disposição de todos os membros, para consulta. -----

### **Moção – CLIP (Ricardo Romão)**

#### **(CUMPRIMENTO DO REGIME EXCEPCIONAL DAS REDES SECUNDÁRIAS DE FAIXAS DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEL)**

“Na sequência dos graves incêndios ocorridos em Portugal em 2017, que causaram o maior número, de sempre, de vítimas mortais por esta causa em Portugal e avultados prejuízos materiais, foram tomadas, pelo Governo, medidas urgentes que pretendem prevenir que em 2018 situações semelhantes possam ocorrer. Entre as diversas diretrizes do Governo estabelece-se:

a) Conforme plasmado no artigo 153º da Lei 114/2017 de 29 de dezembro, foi dado um prazo até 15 de março de 2018 para que os proprietários, arrendatários,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

usufrutuários, ou detentores promovam a gestão de combustíveis florestais junto a edificações em espaços rurais; como previsto na Lei 76/2017 de 17 de agosto;

b) Prevê-se que as Câmaras Municipais garantam o cumprimento destas medidas, fazendo-se substituir aos proprietários, no caso de incumprimento destes;

c) As Câmaras Municipais que não cumpram o disposto serão penalizadas, nomeadamente nas transferências correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF); O Concelho de Portalegre é uma zona com grandes áreas florestais, integrando ainda uma grande parte do Parque Natural da Serra de S. Mamede. Nas últimas duas décadas, com exceção do trágico ano de 2003, tem sido possível prevenir e controlar os incêndios no concelho apesar das diversas ocorrências. No entanto, são conhecidas as vulnerabilidades existentes, comuns ao resto do país, sobretudo agravadas pelo abandono dos espaços rurais, pelo envelhecimento daqueles que ocupam essas zonas, alteração das práticas agrícolas, entre outros.

Neste momento, apesar de existir em vigor um Plano Municipal de Defesa da Floresta (2015-2019), é necessário garantir que os meios humanos, materiais e financeiros ao dispor assegurem a segurança que todos os munícipes querem ver acautelada. No concelho de Portalegre existem vários constrangimentos que vêm dificultar, ainda mais, a execução, das medidas previstas pelo Governo nos prazos definidos:

i) Na lista de prioridades de intervenção definida pelo Estado, o Concelho de Portalegre tem três Freguesias na 1<sup>o</sup> prioridade (Alagoa, Alegrete e União das Freguesias de Reguengo e S. Julião) e uma Freguesia na 2<sup>a</sup> prioridade (União das Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras), conforme pode ser visto na figura 1;

ii) O Serviço Municipal de Proteção Civil e Defesa da Floresta, em Portalegre, dispõe de duas equipas de sapadores florestais afeta a este serviço com um total de sete elementos, que é claramente insuficiente para o volume de trabalho no terreno;

iii) Em muitos dos prédios, alvo das intervenções de limpeza, não será possível a identificação e notificação dos proprietários, também por falta de cadastro da propriedade rústica;

iv) Pelo que está previsto, as Câmaras Municipais terão que substituir os responsáveis pelos terrenos, avançando com as intervenções de limpeza, sem qualquer garantia de ressarcimento das verbas alocadas; além disto preveem-se níveis elevados de serviços incobráveis; e isto será muito penalizador para Autarquias como é o caso da de Portalegre, ainda com plano de redução de endividamento em curso.

v) O Concelho de Portalegre apresenta uma área muito extensa e dispersa de elevada perigosidade e risco para a ocorrência de incêndios florestais (ver figuras 2 e 3) e com orografia muito acidentada o que, além de prever a necessidade de intervenção numa área extensa, fará aumentar o custo das intervenções de limpeza por hectare.

O Grupo Municipal da CLIP, entende as razões que levam, em 2018, à tomada de medidas excecionais sobre a prevenção de incêndios por parte do Governo, embora



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tais medidas estejam previstas desde 2006, com limitada execução em todo o território nacional desde então.

Assumindo uma postura colaborativa com as medidas que julgamos, de facto, bem intencionadas, é necessário advertir que o Governo pretende transferir a execução destes planos para as Autarquias sem, aparentemente, ter a noção real da sua exequibilidade. Esta estratégia mais não faz que desresponsabilizar o próprio Estado de eventuais falhas na proteção das populações, que é sua atribuição primária. Esta questão é ainda agravada por tal poder responsabilizar pessoal, civil e criminalmente os Autarcas que, mesmo que demonstrem melhor intenção, dedicação e empenho, não serão capazes de fazer cumprir em escassos meses o que não foi possível fazer cumprir nos últimos anos.

Esta posição está em sintonia com a que tem sido defendida pela Associação Nacional de Municípios (ANM), tendo sido pedida já uma audiência ao Sr. Primeiro Ministro com esse objetivo, e apresentado também este problema ao Sr. Presidente da República em 12.02.2018.

Considerando que é necessário, de facto, definir, até à época mais crítica de incêndios, as prioridades e capacidades instaladas, vimos colocar à consideração da Assembleia Municipal, que seja remetido às Entidades da Tutela um manifesto reivindicativo, que indique:

- a) A necessidade urgente de mais meios (humanos e materiais) no terreno para a implementação das medidas pretendidas;
- b) A dotação de verbas adicionais para fazer face, no imediato e com carácter de urgência, aos custos das intervenções, uma vez que não tem a Câmara Municipal dotação financeira para fazer face aos elevados custos inerentes, prevendo-se extrema dificuldade em cobrar aos responsáveis dos terrenos ou por incapacidade económica destes.

E porque “o tempo não pára” e a época mais crítica se vai aproximando, é necessário que haja uma resposta imediata da Tutela, com sentido prático, sobre as reais necessidades neste âmbito. É óbvio constatar que os meios disponíveis são claramente insuficientes para que se atinjam os ambiciosos objetivos traçados pelo Governo e que se prevê que os proprietários dos prédios rurais e Câmaras Municipais terão grande dificuldade em conseguir responder nos prazos previstos devido ao volume de necessidades.”

Ricardo Romão acrescentou que o grupo da CLIP pedia que fosse ali votado aquele manifesto e ser, posteriormente, enviado às entidades competentes. -----

José Pinto Leite disse que aquele era um problema difícil e que afetava todos os que eram do interior. Eram políticas que tinham sido negligenciadas, durante os últimos anos, mas que o atual Governo está com grande vontade de as implementar.

Nas últimas décadas, os municípios foram ganhando mais capacidade de intervenção no território mas ficaram presos, em certos aspetos, ao passado e sempre se





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

preocuparam muito com as partes urbanas. Definitivamente, o espaço rural não tinha sido objeto, por várias questões, das atenções das Câmaras Municipais. Contudo, as Câmaras, atualmente, trabalhavam mais no espaço rural mas, de um momento para o outro não era fácil. O Governo tinha de perceber a dificuldade, porque não estava em condições de, por si só, trabalhar o território em causa. Era, portanto, necessário haver sensibilização com as populações, porque as pessoas estavam assustadas e algumas diziam que tinham de derrubar as árvores todas, mesmo as de fruto, e não era bem assim. Em conclusão, as câmaras e as freguesias tinham de ajudar e, juntamente com o Governo, arranjar uma solução.-----

Hugo Capote disse estarem em sintonia naquela matéria e sabiam que aquele era um problema com dezenas de anos, com facetas complicadas, pois nalguns casos nem se sabia quem eram os proprietários dos terrenos. No entanto, havia uma questão a ser acautelada, dentro do que a Associação Nacional de Municípios tinha dito, e que deveria de ficar expressa na moção, que era o facto de o Estado não poder desresponsabilizar naquela tarefa. Se, porventura, houver outra onda de fogos, era importante que o ónus político da época de incêndios não recaísse sobre as autarquias, porque os proprietários não limparam ou não conseguiram limpar, e porque o Estado, segundo a legislação emitida, disse que cabia às autarquias fazê-lo, mesmo que depois, conforme foi dito pelo Ministro, ressarcisse as autarquias das verbas gastas nas tarefas.

Seria importante que a moção em causa exprimisse duas questões: que o governo central não podia desresponsabilizar, completamente, daquela tarefa; e que as autarquias tentassem dar o seu ao máximo, embora fosse impossível resolver a totalidades dos problemas. -----

A Presidente da Câmara informou ter estado numa reunião, recentemente, com o Secretário de Estado da Proteção civil, o das Autarquias Locais e o Chefe de gabinete do Secretário de estado das Florestas e salientou que o Estado não iria ressarcir as autarquias, mas sim disponibilizar uma verba, que seria um empréstimo.

Os cinquenta milhões de euros seriam distribuídos de acordo com as intervenções que autarquias fariam para substituir os privados.

Portanto, tal facto preocupava-a, tendo em conta de que o Município de Portalegre, desde 2016, estava à espera do apoio do fundo ambiental, devido aos sapadores florestais do Município. -----

### **Recomendação – CLIP – (Ricardo Romão)**

(CRIAÇÃO DE GABINETE MUNICIPAL DE MONITORIZAÇÃO E GESTÃO DA SECA NO CONCELHO DE PORTALEGRE)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

“Na sequência dos anormalmente baixos índices pluviométricos dos últimos 10 a 12 meses, Portugal tem vindo a apresentar a quase totalidade do seu território em situação classificada de “seca”, com o pior registo em final de outubro de 2017, altura em que 75,2% do território se encontrava em situação de “seca extrema” (figura 1). Com dados de final de janeiro deste ano, 56% do território encontrava-se em situação de “seca severa”, 40% em situação de “seca moderada” e 4% em situação de “seca fraca”.

Nos últimos dias, sem dados definitivos do mês de fevereiro, cerca de 86% do território nacional encontra-se em situação de “seca extrema” (9%) ou de “seca severa” (77%), isto é, a situação vem-se agravando.

Se esta condição se considera grave no contexto nacional, muito mais grave o é em algumas regiões do país, entre as quais o Alentejo e concretamente o Concelho de Portalegre, totalmente incluído na zona classificada de “seca severa” (ver figura 2). Este condicionante reflete-se no nível de disponibilidade dos aquíferos subterrâneos e de superfície e as influências noutros sistemas como sejam a produção agro-florestal. A título demonstrativo, apresentam-se os níveis de algumas das barragens da região, com valores de abastecimento constantemente abaixo da média para o mesmo período do ano. (ver figuras 3 a 8)

No final de 2017, a Câmara Municipal de Portalegre, associou-se à campanha nacional “Feche a Torneira”, desenvolvida pelo Ministério do Ambiente em conjunto com as Águas de Portugal, Agência Portuguesa do Ambiente e Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos. Pretendeu com isso contribuir para a melhor gestão deste bem, assim como consciencializar os munícipes da importância do racionamento/poupança na gestão do recurso água.

Perspetivando-se, para este ano, uma situação idêntica ou mesmo mais grave que no ano de 2017, julgamos que é necessário conseguir uma gestão eficiente da água e preparar, desde já, mecanismos de apoio, antecipando desde a existência de problemas com o abastecimento às populações, aos animais, escassez de produção agro-pecuária e da capacidade económica regional, sobretudo no sector agro-pecuário.

Neste sentido, o grupo municipal CLIP recomenda ao executivo da Câmara Municipal de Portalegre a criação imediata de um “gabinete de monitorização e gestão da seca”.

Sugere-se que este gabinete inclua representantes das seguintes entidades, ou de outras que sejam entretanto indicadas:

- Câmara Municipal de Portalegre e SMAT
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo
- Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas/Parque Natural da Serra de S. Mamede
- Águas de Lisboa e Vale do Tejo
- Agência Portuguesa do Ambiente/ARH Alentejo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA)
- Bombeiros Voluntários de Portalegre
- Associação Nacional de Proteção Civil

A constituição deste gabinete terá como objetivos imediatos a monitorização, gestão de disponibilidade de água e consciencialização da população e outros atores, articulando regionalmente esta dimensão através da CIMAA (podendo este gabinete vir a propor medidas de médio e longo prazo para a gestão da água na região). Sugere-se também, de imediato, a articulação com a Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA), de modo a garantir a possibilidade da Câmara Municipal de Portalegre poder concorrer ao Fundo Ambiental e/ou outros instrumentos financeiros de apoio comunitário associados a intervenções/soluções de resposta e de capacitação adaptativa às alterações climáticas.

Aquando da elaboração, pela CIMAA, da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT), não foi mobilizada a Prioridade de Investimento diretamente associada às questões da adaptação às alterações climáticas (PI 5.1). Esta opção, de não priorização, inviabilizou o apoio à elaboração de um Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas, o que atualmente já gera um forte constrangimento no acesso a financiamentos disponíveis (Fundo Ambiental) e, seguramente, continuará a gerar no futuro (reprogramação do Portugal 2020/PDCT do Alto Alentejo), dada a obrigatoriedade de existência deste Plano (ou de um Plano Municipal) para garantir a admissibilidade a Avisos de Concurso específicos ou a elegibilidade das intervenções a propor.”

Ricardo Romão, como conclusão, disse que a CLIP propunha a criação daquele gabinete e, obviamente, para que todos dessem o seu contributo naquela questão. -----

Hugo Capote perguntou quem é que iria representar a Câmara Municipal e os SMAT?-

Ricardo Romão disse que ainda não estava definido. Ficaria depois à consideração do executivo. -----

O Presidente da mesa disse que só haveria possibilidade de criação dum Gabinete daquela natureza, quase como se de um Conselho Municipal se tratasse, existindo a proposta, por parte do Executivo, de um regulamento a ser aprovado em sede de Assembleia Municipal e para definir os termos de representatividade de cada organismo externo ao Município.-----

A Presidente da Câmara acrescentou que, de algum modo, aquele gabinete já existia ao nível da Proteção civil, para todo o tipo de catástrofes. Referiu que, no âmbito da visita do Secretário de Estado do Ambiente a Portalegre, o próprio se tinha mostrado preocupado e disse ser necessário planear e fazer um plano de contingência, na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

questão da seca. Saliou que se estava em seca severa e, atualmente, Portalegre dispunha de reserva de água para abastecimento público para cercas de um ano e meio. Contudo, não podiam preocupar-se só com Portalegre, pois quando outros precisassem teriam de vir pedir ajuda.

Naquele sentido, fez-se um apelo ao Secretário de Estado do Ambiente para que, de uma vez por todas, a Barragem do Pisão se concretizasse, e fosse uma estrutura fundamental para mais uma reserva. Por último, disse valer a pena que o Gabinete em causa avançasse, porque o papel era de todos e não podiam ficar nas mãos do clima, mas sim ditar-se o próprio destino. A água tinha de ser utilizada de forma parcimoniosa, visto ser escassa, em termos de distribuição, tanto para as pessoas, como para as plantas e os animais. -----

Miguel Monteiro disse à Presidente da Câmara que não precisaria de criar nenhum Gabinete, e que bastaria andar pela cidade, por diversos locais e artérias, para reparar em incríveis perdas de água existentes em várias freguesias e que, apesar do esforço dos técnicos, não ser possível resolverem-nas atempadamente.

Perante a proposta, genuinamente apresentada pela CLIP, nunca lhe passou pela cabeça declarar outro princípio de voto que não o voto favorável, mas desconfiava sempre da criação de certos gabinetes, que resolveriam problemas essenciais no concelho, como por exemplo o famoso “Gabinete do Investidor”, para o qual seria preciso uma auditoria dentro da autarquia, para saber o que é aquele gabinete já tinha feito e quais as consequências, em termos de produto interno bruto, para o Concelho. Concordava com a criação daquele gabinete, mas a tarefa que tinham pela frente era grande, uma vez que os elementos serão indicados pela Câmara Municipal e os SMAT, pela Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre, Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas e Parque Natural da Serra de S. Mamede, Águas de Lisboa e Vale do Tejo; Agência Portuguesa do Ambiente – ARH Alentejo, Instituto Português do Mar e da Atmosfera, CIMAA, Bombeiros Voluntários de Portalegre, Associação Nacional de Proteção Civil, etc. Esperava, pois que tal tarefa fosse concretizável, mas o mais importante seria estarem atentos aos sinais mais imediatos que se tinham pela frente e que por vezes até eram fáceis de serem resolvidos. -----

O Presidente da mesa deu por terminado o período antes da ordem do dia e referiu que teria de submeter à apreciação dos membros a inclusão de um novo ponto, que se tratava de uma proposta da Câmara Municipal e que reportava à criação do Conselho Municipal de Educação. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, incluir o ponto na ordem de trabalhos. -----

Neste momento saiu da sala o Presidente da Assembleia Municipal. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### ORDEM DO DIA:

#### **1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;**

A Presidente da Câmara disse destacou alguns pontos do relatório da atividade municipal. Salientou que iriam concretizar o Gabinete de apoio ao empreendedor, e a área ambiental seria uma das apostas do executivo, assim como a proteção civil, a educação e área da reabilitação urbana.-----

Hugo Capote solicitou à Presidente da Câmara que dissesse como tinha corrido a reunião com a Caixa geral de Depósitos, e se tinha sido abordada a questão de Portalegre ter perdido um diretor? Assim como é que tinha sido a reunião com a Administração Regional de Saúde, sobre o plano de atuação, de encontro às necessidades do novo concelho?-----

A Presidente da Câmara disse que não lhes agradou, de modo algum, ter-se perdido a sede de Portalegre, pois era menos uma agência. Pelo que lhe foi dito, na altura da reestruturação, o novo diretor não iria estar sediado em lado nenhum, mas que teria na sua alçada vinte e nove agências. A situação teve a ver com a reestruturação da CGD. Posteriormente, veio a saber que, de facto, a agência iria ficar sediada em Évora. Obviamente que lhe preocupava o facto de se ter perdido aquela valência e tentou contactar a agência em Évora e, até à data não lhes conseguiram dar um nome para contacto, visto o anterior se ter reformado. Mais disse terem boas relações com a CGD, a nível local e de Lisboa, mas as modificações foram relevantes. Teriam de tentar pressionar, de modo a inverter algumas situações.-----

José Pinto Leite disse que, após leitura do preâmbulo da atividade municipal, a sua preocupação era a questão do curto, médio e longo prazo, na medida em que, do que vinha detrás, se continuava no curtíssimo prazo da política do dia a dia e, efetivamente, quando se esperava serenamente que o Tribunal de Contas aceitasse a reestruturação da dívida, seria difícil trabalhar naquelas circunstâncias. Era necessário haver uma estratégia para médio e longo prazo, a qual tardava em aparecer. Chamou a atenção para o facto da reestruturação da dívida já vir desde 2016 e a autarquia tinha feito cabimentos de dezoito milhões de euros e depois só tinha dezasseis, o que implicava um défice anual de dois milhões de euros. Tal situação era grave, além de que não se cumpria a Lei dos Compromissos, desde a sua entrada em vigor. Era urgente inverter o rumo.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Disse ter ficado contente por a Escola Cristóvão Falcão estar agora no bom caminho, embora tivesse demorado demasiado tempo (dez anos) e a escola poderia ter sido remodelada há vários anos, por um ou dois milhões de euros, com o que fazia falta.

Em relação à plantação das árvores junto à Escola Mouzinho da Silveira que, apesar de ter sido uma boa iniciativa, fez com que arrancassem do local várias oliveiras, sem se perceber bem o porquê.

Por último, na questão da remodelação da Av.<sup>a</sup> do Bonfim, reiterou que o assunto foi debatido durante quatro anos e, no último ano, em diversas reuniões ficou a promessa de que seria feita alguma coisa provisória, antes do início do ano escolar, porque era uma preocupação muito séria. Sempre considerou que o projeto não deveria ser fechado de uma assentada, mas sim ter discussão pública e passar por um período experimental, para depois se ir afinando. -----

Raúl Cordeiro perguntou à Presidente da Câmara se poderia ser mais concreta sobre a competência da Câmara Municipal, relativamente às questões da saúde, mencionadas no relatório municipal. Outra das questões era a da Proteção Civil, na qual perguntou se o Plano Municipal de Combate a Incêndios, o qual datava de dois mil e catorze, estava atualizado? Se assim não fosse, questionou se a Presidente estava em condições de garantir aos munícipes do Concelho que a Câmara fez tudo ao seu alcance, naquele domínio, antes do período crítico de incêndios?-----

Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara se a questão da CIMAA nomear alguém para o Conselho de Administração da ULSNA tinha sido abordada com o Presidente da ARS? Se sim, com o que é que podiam contar?

Por outro lado, perguntou se a Presidente da autarquia já tinha delegado as competências nos Vereadores a tempo inteiro?

Esperava também que, naquele relatório, já fosse indicado quem era o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Portalegre. Portanto, perguntou diretamente à Presidente, quem era o novo Vice-Presidente da Câmara?-----

A Presidente da Câmara disse que, tanto quanto sabia, a lei não obrigava a que tivesse de estipular uma data para nomear um Vice-Presidente para Portalegre.

Relativamente ao plano de Defesa da Floresta, o mesmo estava em vigor e tinha a duração de quatro anos, tinha sido aprovado pelo ICNF em 2015 e estava vigente até 2019. Portanto, se não estava indicado no site da autarquia, iria dar indicações para tal, pois tinha de estar acessível a todos.

Quanto à ARS, teve uma reunião com os responsáveis e colocou várias questões, pelo que ficou decidido terem uma reunião conjuntamente com a Secretária de Estado da Saúde. Naquele sentido, já era a segunda vez que a reunião tinha sido solicitada, mas sem resposta. Salientou que as aquelas questões que tinham a ver com o elemento para a CIMAA; com falta de médicos especialistas na região, lhes adiantarem estarem a contactar empresas de recursos humanos, na tentativa de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

encontrarem e solucionarem as falhas existentes. Assim como na falta de médicos de medicina geral e familiar, para as freguesias dos Fortios e Alegrete. -----

Hugo Capote, perante o que ouviu, disse que aquele relatório era um passo atrás, relativamente ao anterior, porque o atual parecia-lhe de duvidosa qualidade e de má fé, uma vez que a Presidente da autarquia foi colocada em lugar de destaque e, quando assim era, mal iam as coisas. Não percebia como é que, na tentativa de diluir o trabalho dos Vereadores, a Presidente da Câmara até tinha renomeado pelouros em determinadas áreas.

Em conclusão, alertou um dos Vereadores que um relatório de atividades não era um plano de intenções, ou de competências do pelouro. -----

### **2 – Atas n.ºs 3 e 4, relativas às reuniões realizadas em 27 de dezembro e sobre a comissão ad hoc para audição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;**

Ricardo Romão felicitou os serviços de apoio à Assembleia Municipal pelo cuidado na elaboração das atas em análise. Disse ter apenas algumas questões de conteúdo, que solicitou a correção, logo que possível. -----

O Presidente da mesa propôs que os pontos três e quatro fossem discutidos em conjunto. Não havendo opinião em contrário, passaram à discussão. -----

### **3 – Orçamento e mapa de pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2018;** **- Deliberação de 31.01.2018 –**

### **4 – Grandes opções do plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2018/2021;** **- Deliberação de 31.01.2018 –**

A Presidente da Câmara salientou que a Câmara Municipal de Portalegre, por via do seu excesso de endividamento, se tinha visto forçada a reduzir, significativamente, a atividade municipal, nomeadamente em áreas fundamentais, que eram da sua competência e que eram essenciais para a vida dos concidadãos.

Por forma a tentarem cumprir com as obrigações, referiu que tentaram recorrer a vários mecanismos existentes, mas foram colocados de parte.

Nos últimos executivos, tinham feito tudo de forma contínua e consistente para sanear e equilibrar as contas da autarquia, fosse através da concretização de planos de pagamento, ou através da reestruturação de outros planos já existentes. No entanto, tinha plena consciência de que aquela não era a solução desejada.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

A reestruturação da Câmara Municipal era uma prioridade assumida que visava aliviar o peso da dívida no funcionamento do Município, permitindo uma maior liquidez e disponibilidade da autarquia para apostar na qualidade de vida dos munícipes e no desenvolvimento do concelho.

Naquele sentido, a partir de dois mil e dezassete, a Lei do Orçamento do Estado permitiu operações de substituição de dívida (art.º 81.º), obrigando a que, cumulativamente, fossem cumpridas três alíneas. A Câmara Municipal de Portalegre não cumpriu a alínea b) mas, no entanto, estava excecionada através do n.º 3.º, do art.º 19.º, do Regulamento 480/14, da Comissão Europeia, o qual permitiria fazer aquela substituição de dívida. Foram feitas todas as diligências, para que fosse possível a operação para substituir a dívida, desde a consulta a vários bancos e junto do Tribunal de Contas, de modo a obter o visto. Acrescentou que, no mês de julho, submeteram o pedido mas, até à data, ainda não tinham obtido o aval da substituição. No entanto, estavam convictos de que estavam balizados pela lei e também estavam a ser acompanhados por outras entidades às quais pediram ajuda, nomeadamente à Secretaria de Estado das Autarquias Locais.

Naquele sentido, o orçamento da Câmara Municipal de Portalegre para 2018 tentava, naquela operação de substituição da dívida, evitar cortar nas competências da autarquia para com os munícipes. Tal opção configurava uma situação de necessidade perante situações inadiáveis que poderiam colocar em risco algumas obrigações do próprio município de Portalegre.

Referiu que o contrato era indispensável para a saúde financeira do município e o orçamento representava um esforço para reverter a situação dos últimos anos. Já o exercício de dois mil e dezassete tinha sido com base naquele pressuposto, porque o orçamento de Estado também o permitia. Era um exercício ainda longe do que gostariam de apresentar, face às necessidades imprescindíveis e salientou que colocava como prioridades aquilo que achava serem as áreas estruturantes e as que eram competência da Câmara Municipal.

Em conclusão, o principal objetivo político vertido naqueles documentos assentava num aumento progressivo do nível de vida dos portalegrenses e também se pretendia garantir que algumas atividades regulares, ao nível do funcionamento dos serviços e das condições de trabalho, ali estivessem vertidas e, naquele sentido, também foi iniciado o procedimento concursal para a contratação de dezoito assistentes operacionais, para o terceiro trimestre do ano.

Destacou ainda o facto de estarem contemplados grandes investimentos nas grandes opções do plano, como por exemplo: as obras no Convento de St.ª Clara, a ampliação do Museu de Tapeçarias Guy Fino, a Rede de Património Cultural do Concelho, a requalificação de alguns Jardins de Infância, a recuperação e manutenção dos fogos de habitação social, a reabilitação e reconversão do edifício dos Passos do Concelho (Centro Documental de Património) e recuperação das fachadas e coberturas de edifícios municipais. Referiu ainda a manutenção das etar's, quer a do Reguengo, quer a construção do emissário de esgotos do Bairro dos Covões à Ribeira de Seda, o da





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Pedra Basta à Zona Industrial, aquisição de equipamento de recolha e resíduos e ainda outras questões ligadas à ação social, à cultura, ao desporto, à saúde e ao turismo e ainda ao nível da proteção do meio ambiente e proteção civil.

Portanto, o orçamento que ali apresentavam à Assembleia importava em cerca de dezoito milhões, quatrocentos e quarenta e cinco, duzentos e vinte e sete mil euros e estava de acordo com as regras do POCAL e tinham como receita de capital cerca de dois mil, trezentos e oitenta e oito, cento e seis, e como receitas correntes dezasseis mil, cinquenta e sete, cento e vinte um; o total das despesas correntes era de treze mil, trezentos e trinta e quatro, setecentos e cinquenta e seis e como despesas de capital cerca de cinco mil, cento e dez, quatrocentos e setenta e um.

Aquele orçamento representava um aumento, relativamente ao orçamento de dois mil e dezassete, reforçando rubricas que considerava fundamentais.

Mais referiu que a média da receita corrente líquida cobrada nos últimos anos tinha sido, em dois mil e dezasseis, de dezoito milhões e setenta e seis, seiscentos e quarenta mil e os valores provisórios de dois mil e dezassete rondavam os dezanove milhões, cento e noventa e cinco, quatrocentos e vinte e três, quarenta e nove.

Relativamente ao excesso de endividamento, referiu que, face ao limite estipulado por lei, era ultrapassado em um milhão, trezentos e quarenta e nove, seiscentos e setenta e um, e, atualmente a margem era de menos um milhão, setecentos e trinta e oito, trezentos e noventa e quatro, dezoito, relativamente ao limite de endividamento. Portanto, os objetivos tinham sido alcançados, naquela matéria, apesar de os valores oficiais só saírem em abril ou maio. -----

O Presidente lembrou aos presentes de que lhes tinha sido distribuído um documento da Câmara Municipal, no sentido de corrigir informações constantes do mapa de pessoal.-----

Miguel Monteiro perguntou à Presidente da Câmara se tinha ouvido os Presidentes das Juntas de Freguesia, relativamente àquele orçamento, para que os mesmos pudessem ter apresentado propostas?

Quanto ao conteúdo do documento, disse que, tal como tinha sido em dois mil e dezassete, aquele orçamento era fictício, irreal sem credibilidade e portanto era um embuste orçamental.

A própria Presidente da autarquia tinha ali admitido que o orçamento para dois mil e dezassete foi feito, tendo em conta um visto do Tribunal de Contas, o qual nunca chegou, e contabilizando eventuais folgas orçamentais que nunca teve, no decurso daquele ano. Portanto, a Presidente não tinha qualquer tipo de certezas para a execução orçamental de dois mil e dezoito. Salientou que, quando a Presidente da Câmara Municipal, em face da documentação pedida pelos Vereadores do Partido Socialista em reunião de Câmara, lhes respondeu com o histórico da correspondência trocada entre o Município de Portalegre e o Tribunal de Contas então como poderia aquele assunto ser uma prioridade para a própria, se somente três meses depois é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que respondeu ao conjunto de dúvidas do Tribunal, relativas à reestruturação do saneamento financeiro.

Recordou que já na última Assembleia havia perguntado, claramente, à Presidente da Câmara se as dúvidas do Tribunal de Contas não indicavam que o mesmo teria sérias reservas quanto à operação de reestruturação do empréstimo apresentado.

Lamentava que os documentos mais recentes, disponibilizados pela DGAL, dissessem o seguinte: “Face ao exposto, informe-se V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> (Presidente da Câmara) que de acordo com os dados disponíveis na aplicação informática Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais (SIIAL), o Município que V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> preside em 31 de dezembro de 2016, excedeu o limite de dívida total de operações orçamentais previstas no n.º 1 do art.º 52.º, da lei 73/2013 de 03 de setembro, ou na alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo.”, o que levou a que ainda se estivesse à espera dos números oficiais de dois mil e dezasseis e dois mil e dezassete.

Acrescentou que a Presidente da Câmara gostava de “navegar à vista”, ir fazendo as coisas dia a dia, semana à semana, sem grande rigor e fazia os orçamentos com base naquela filosofia, o que não era admissível para uma capital de distrito, com um orçamento de dezoito milhões de euros. A Presidente da autarquia continuava a subestimar uma componente: falava muito do endividamento e esquecia-se de um fator essencial para que, efetivamente, o reequilíbrio da Câmara Municipal de Portalegre pudesse ser concretizável: o aumento da receita.

Perguntou ainda quais as estratégias que a Presidente tinha para conseguir o aumento de receita essencial para a redução de endividamento?

Quanto às declarações de voto dos Vereadores Luís Pargana e Armando Varela, pensou que os mesmos fossem votar contra aquele orçamento, no entanto, concluiu que não o puderam fazer, por haver um acordo com a maioria CLIP. Contudo, os mesmos tinham percebido que havia um orçamento irreal, que não se coadunava em nada com a realidade, mas que não tiveram outra opção senão votar a favor, no caso do Vereador Pargana e abster-se, no caso do Vereador Varela.

Em conclusão, disse que já se tinha habituado a ver orçamentos daqueles e a ilação retirada dali era de que a gestão orçamental da Presidente da Câmara Municipal de Portalegre era a fingir. -----

No uso da palavra Fernando Rebola, disse que o Grupo Municipal do PSD considerava estrategicamente importante a reestruturação da dívida do município, permitindo que houvesse um alargamento do cumprimento das obrigações que, necessariamente, tinham de corresponder e permitiria encaminhar verbas adstritas ao serviço da dívida para aplicar em áreas fundamentais que conduzissem à melhoria da qualidade de vida dos munícipes e ao desenvolvimento do Concelho.

Quanto ao orçamento e às grandes opções do plano, referiu que, efetivamente, estava estruturado numa base de incerteza. Na sua opinião, estavam perante uma proposta orçamental que, em última instância, não se fundamentava na situação financeira real.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Sublinhou a palavra possibilidade, referida anteriormente pela Presidente, mas, contudo, havia regras a cumprir: a obtenção do visto do Tribunal de Contas.

Por último, disse que o processo de reestruturação financeira, iniciado em julho de dois mil e dezassete, com um valor de sete milhões e quinhentos mil euros, remetido para o TC, na verdade foi devolvido à Câmara e, atualmente, não sabiam ainda se iriam obter o visto favorável. Perante tal facto, perguntou à Presidente se estaria em condições de afirmar que aquele pressuposto poderia, ou não, ser assegurado?

Por outro lado, no caso de o Município não vir a obter o parecer favorável do TC, perguntou qual era a real dimensão no impacto orçamental da autarquia?

Perguntou ainda se não se concretizasse a expectativa de poderem vir a reduzir o serviço da dívida, onde é que iriam cortar, no orçamento apresentado?-----

Hugo Capote perguntou à Presidente da Câmara se tinha conhecimento da existência de um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários, na administração pública? A Câmara Municipal estava a fazer algum trabalho, no sentido de dar cumprimento àquela regularização? Saliu que o programa era direcionado ao pessoal que cumpria tarefas necessárias e fixas, mas que tinham vínculos precários, em que o Governo previa a regularização dos contratos para um vínculo mais definitivo, sem interferir nas contas e estando excecionado do endividamento das Câmaras.-----

Raúl Cordeiro disse que havia quatro maneiras de fazer orçamentos: orçamento zero, orçamento com cativações, orçamento retificativo e o orçamento feito para ver o que acontecia. As coisas iriam continuar a funcionar na perspetiva de, provavelmente, ser melhor nem ter orçamento, para poderem fazer cerca de doze revisões orçamentais, ao longo do ano e doze orçamentos retificativos, para ir colocando verbas nas rubricas, ajudando a gerir o dia a dia.

Preocupava-o o grau elevado de plágio do preâmbulo das Grandes Opções do Plano, com as Grandes Opções do ano passado, porque tinha quatro parágrafos transcritos da mesma forma. Posto aquilo, as opções continuavam a ser as mesmas e, das duas uma, ou tiveram uma grande inércia durante o ano todo, sem conseguirem resolver os problemas, ou havia qualquer coisa que não estava a funcionar bem. O problema do orçamento não era um problema técnico e, todos os anos, tal se verificava. Era, portanto, um problema político. No entanto, deveria corresponder à realidade e não a um exercício fictício.

Recordou à CDU que, ao contrário do que disseram em orçamentos anteriormente, já não tinham razão em dizer "...somos os únicos que não somos responsáveis pelo estado a que chegamos.", e que se iriam aproximar, à medida que viabilizariam orçamentos daquela conjuntura política, de uma responsabilidade maior.

Disse ainda que, relativamente à declaração de voto do Dr. Armando Varela, não esperava que, do ponto de vista técnico, tivesse feito uma declaração diferente da que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tinha já feito. Não percebia onde é que se enquadrava o sentido de voto do Vereador, no quadro do acordo político de governação de Portalegre.

Por último, pegando nas palavras da Presidente da Câmara, sempre pensou que proporcionar aos portalegrenses um aumento do nível de vida, a médio e longo prazo, seria aumentando o rendimento disponível das famílias. Contudo, a única forma que considerava viável seria a de diminuir a participação na comparticipação do IRS, mas não. Também esperou que o grupo da CDU pudesse defender tal posição.

Concluindo, disse que aquele orçamento pecava por algumas omissões, por algumas palavras, mas principalmente pela falta de estratégia, de pensamento político e técnico para Portalegre. Tinha de se discutir mais em como ganhar do que pelas perdas tidas no passado, porque caso contrário não se chegaria a lado nenhum. -----

Hugo Capote disse que a responsabilidade do que se iria passar futuramente prender-se-ia sempre com o cabal esclarecimento das competências de cada um. O Vereador da CDU na Câmara Municipal de Portalegre tinha pelouros, mas as competências tinham de ficar definidas para que, dentro de três ou quatro anos, fossem assacadas as responsabilidades a cada um.

Da mesma forma que a CDU era fiel ao acordo com o PS, na Assembleia da República, para sustentar a solução governativa existente atualmente, embora sem corresponder às expectativas que tinham para o país, também entraram ali naquela forma governativa e a CDU era o mais fiel colaborador que poderiam ter.

A questão era que continuavam a achar que não se importavam de continuar a “engolir sapos”, desde que Portalegre ganhasse alguma coisa com aquilo, “mudando a página” e dando aos portalegrenses alguma esperança.

Entendia que o voto da CDU iria sustentar tais factos e, evidentemente, não havia uma estratégia bem definida para a cidade, para aumentar as receitas, para reindustrializar o concelho e para que se tenham alguns empreendimentos âncora, mas havia naquele orçamento uma alteração em relação aos anteriores: havia uma priorização em questões que eram competências básicas da Câmara, como no caso da salubridade, da higiene e da educação. Portanto, era preciso “virar a página” e não se podia gerir a Câmara de Portalegre dependendo de candidaturas. Era preciso ter verbas.

Achava que não havia estratégia nenhuma de turismo que resultasse se os turistas cá viessem e as ruas estivessem sujas, ou se tropeçarem nas calçadas, por não estarem reparadas. O orçamento em causa dava agora um pequeno passo, ao assegurar competências básicas da Câmara, metendo mais trabalhadores para a área da higiene, assim como aumentar as verbas para adquirir material novo, extremamente necessário, porque o atual estava obsoleto.

Concluindo, disse não gostar pessoalmente do orçamento e continuava a achar que a atual Presidente não era a pessoa mais competente para o gerir. No entanto, a CDU estava a dar a mão à CLIP, naquelas eleições, porque entendiam poder ajudar na vida dos portalegrenses e talvez no próximo exercício orçamental pudessem fazer mais. ----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

No uso da palavra, Ana Vilhais disse ter ficado confusa quando ali disseram que tudo era uma fantasia, uma história. Se, de facto, existiam algumas dúvidas, não poderiam dizer que o orçamento tinha sido feito num pressuposto e que o TC ainda não o tinha aprovado. Perguntou aos presentes quais eram os pressupostos que achavam que a Câmara ainda não tinha para chegar àquela reestruturação?

Analisando, com todos os detalhes, o que estava estipulado no art.º lei, basicamente, a Câmara tinha todas as condições de o fazer. Os números mostravam existir uma alínea que, no fundo, dizia que, caso a receita corrente dos últimos três anos fosse inferior a dois, ponto vinte e cinco, vezes a média daquelas receitas que, de facto, a Câmara se encontrava na capacidade de reestruturar a dívida.

Referiu ainda que a Câmara, com valores reais, sem fantasias, utilizando coisas que estavam estipuladas no orçamento, estava abaixo dos valores atuais dos empréstimos, ou melhor, a dívida previsional encontrava-se abaixo dos valores e com uma almofada confortável de sessenta mil euros e não tinha razões para que não fosse aprovado pelo TC.

Visto que aquele orçamento era a maior discórdia dos grupos municipais e era o fator mencionados por alguns como sendo um fator duvidoso, mas, segundo a CLIP, não havia razão para duvidar que aquele orçamento ia em frente, já que o TC iria aprovar aquela reestruturação da dívida. -----

No uso da palavra, João Meira referiu que, à partida, num orçamento que não tinha uma base sólida e que era incerto, talvez até pudessem haver rubricas nas Gop que não eram clarividentes. Ao longo das Grandes Opções do Plano para 2018/2021, disse que, por várias vezes, surgiam dotações para os transportes, e uma delas, falava da extensão da rede de transportes públicos urbanos à zona sudeste da cidade, em cerca de cinco mi, quinhentos e trinta e cinco euros. Perguntou se era naquelas GOP que iriam ver resolvida a questão do alargamento da rede dos SMAT ao circuito do Mercado Municipal e da Escola Secundária de São Lourenço?-----

No uso da palavra, Joaquim Barbas disse à Presidente da Câmara que, dados os constrangimentos financeiros ali verificados, os objetivos propostos para aquele orçamento não seriam, certamente, para serem atingidos no decorrer daquele ano.

No entanto, durante o tempo de mandato, pensava ser possível chegarem próximos de alguns dos objetivos citados. Havia que recomeçar e resolver alguns dos problemas financeiros.

Naquele sentido, referiu que o grupo do PSD, após alguma discussão, chegou à conclusão de que estavam determinados a honrar a confiança dos portalegrenses que, através do voto, os elegeram para servir os interesses da população e do concelho e acima de quaisquer interesses político partidários. Reafirmavam, pois, o compromisso com o acordo pós eleitoral, alargado entre o Movimento Independente CLIP, CDU e PSD, que permitiu uma solução governativa mais abrangente e estável para a Câmara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Municipal de Portalegre. Também acreditavam ser possível, nos quatro anos de mandato, chegarem a boas conclusões, se todos colaborarem uns com os outros.

Após análise dos documentos, reconhecia que ainda existiam constrangimentos de ordem financeira que limitavam o trabalho do executivo, em termos de um planeamento estratégico, que possibilitasse um maior desenvolvimento do concelho, nomeadamente ao nível económico e social.

Acrescentou que respeitavam as opções do executivo camarário, mas consideravam ser possível uma metodologia que permitisse um esclarecimento mais profundo sobre as opções tomadas relativamente ao processo de reestruturação financeira.

Mais disse que a filosofia com que a Câmara estava a tentar fazer a reestruturação financeira era boa para o município e o PSD concordava com a mesma, embora com algumas dúvidas. Relevou que não se podiam ignorar as normas das instituições que regulavam a ação municipal. Enquanto não tivessem razões suficientes para denunciar o acordo, continuariam a respeitar e a colaborar com o atual executivo, sem prejuízo de referirem as suas opiniões.

Por último, em relação ao desenvolvimento económico, mais propriamente ao referido “Gabinete de Apoio ao Investidor”, perguntou à Presidente da Câmara se o mesmo já existia e como é que funcionava?

Perguntou também se o “Plano Estratégico para o Desenvolvimento Económico de Portalegre” iria realmente ser feito e quem é que iria participar?-----

Diogo Júlio disse haver, de facto, um plano estratégico para o desenvolvimento de Portalegre, pois tinha sido ali votado e aprovado, por unanimidade, mas que urgia pô-lo em prática, por parte da Câmara Municipal.-----

Miguel Monteiro disse ao membro da CLIP, Ana Vilhais, que se o que foi argumentado pelo PS não tivesse o efeito desejado pela mesma, geraria um impacto nas contas da Câmara Municipal de Portalegre de cerca de dois milhões de euros. Mais lhe disse que a “almofada confortável” de setenta mil euros rapidamente se esvairia com aqueles dois milhões. E se acrescentassem o problema da Escola da Praceta, o qual poderá implicar à Câmara cerca de um milhão de euros, que terão de ser devolvidos, então o valor da tal “almofada” era ridículo. Mais disse que se a mesma pretendesse ficar esclarecida sobre o problema relacionado com as taxas de juro, bastaria ler a documentação que o Tribunal de Contas tinha disponibilizado, para perceber o que estava ali em causa, e que era o facto de todos os indicadores dados até à data dizerem que a operação proposta aumentava o endividamento da Câmara Municipal de Portalegre. -----

Ana Vilhais, relativamente ao que o Tribunal de Contas mencionou sobre aumentar o endividamento da Câmara, disse serem fatores de dúvida, porque se fossem atualizados os valores dos empréstimos atuais e o que queriam contrair, considerando a taxa de juro estipulada no orçamento de Estado, poder-se-ia afirmar que a Câmara tinha capacidade para o fazer, contando com a tal almofada financeira.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O que de facto interessava era se a Câmara conseguiria garantir as condições que estavam estipuladas na lei de forma prática e não teórica, porque um valor atualizado de um empréstimo incluía tudo (capital, juros, comissões, encargos) e tudo aquilo estava a ser utilizado para ser um valor atualizado. Os cálculos batiam certo.

Perguntou à bancada do PS quais eram os números com os quais não concordavam e quais os pressupostos, tal e qual como o TC tinha remetido à Câmara para clarificar, com que também não concordavam?-----

Ricardo Romão disse que a designação “embuste orçamental”, anteriormente utilizada, não era a mais correta, porque estavam a veicular a Câmara Municipal a uma coisa que não era sensata. Ao que parecia o PS também estava muito preocupado com a solução governativa ali apresentada e embora existisse uma solução, salientou que não havia ali nenhuma imposição de governação com os outros partidos. Havia sim uma posição democrática da CLIP, incluindo os que se queriam incluir e sem ter uma postura política de completa alienação daquilo que era a governação da Câmara.

O orçamento não era perfeito e entendia que todos quisessem fazer melhor do que o que estava previsto, mas o problema era real e tinha de ser resolvido quanto antes. ----

O Presidente da mesa entendia não ter ali havido excessos de linguagem no argumentário anterior. Estava tudo no domínio do debate político e sem ofensas pessoais. Deu continuidade aos trabalhos. -----

Miguel Monteiro disse que a prática da CLIP ali demonstrada era, no mínimo vanguardista, pois tinham feito um orçamento sem o visto do Tribunal de Contas. A questão de fundo mesmo aquela, pois estava-se a orçamentar com base no nada. Provavelmente iriam chegar a dois mil e dezanove e estar-se ainda à espera do famoso visto. A continuarem com aquele tipo de orçamentos iriam desiludir, cada vez mais, os parceiros de coligação governativa e sem que se desse o tal “virar de página” que a CDU tanto preconizava. -----

Ana Vilhais sugeriu ao membro Miguel Monteiro que partilhasse ali porque é considerava que os números não estavam certos. Ainda não tinha ouvido nenhuma razão, de qualquer Grupo Municipal, que dissesse que a CLIP tinha feito pressupostos que não estavam corretos, do ponto de vista económico. -----

O Presidente da mesa disse aos partidos para se avançar na ordem de trabalhos. -----

Miguel Monteiro salientou que não eram os grupos ali presentes que manifestavam as reservas, mas sim o Tribunal de Contas. Caso contrário, a autarquia já tinha tido o visto há muito tempo. Se fosse simples e fácil o TC não tinha bloqueado a questão, nem levantado todas as dúvidas, devidamente sustentadas por eles. Por outro lado, o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que não estava devidamente sustentado era o argumentário apresentado pela Câmara Municipal junto do TC e que tinha gerado aquele impasse de, sucessivamente, terem ali orçamentos ou exercícios orçamentais fictícios.-----

A Presidente da Câmara, pegando nos valores apresentados no endividamento de dois mil e dezasseis, disse que a DGAL tinha notificado a Câmara e enviou-lhes o relatório habitual de junho somente em janeiro. Naqueles montantes de dois mil e dezasseis, a autarquia ainda estava, efetivamente, acima do limite de endividamento. Como era sabido, na próxima sessão de abril, o relatório seria enviado à DGAL, a qual iria, posteriormente, remeter àquela Assembleia os valores já confirmados.

No entanto, e de acordo com as contas da divisão financeira do município, atualmente, já estavam abaixo do limite de endividamento.

Quanto ao orçamento, lembrou que se tratava de um documento previsional e que poderia ser alterado. Esclareceu que o documento não estava no Tribunal de Contas há um ano. O processo em si tinha-se iniciado em meados do ano passado, com consulta à banca, com concurso público e com prazos a cumprir, posteriormente voltou à Câmara e à Assembleia Municipal. Foi novamente ao TC em junho.

A demora na resposta, relativamente às questões que o TC colocou foi porque se tentou fazer uma triangulação com outras entidades idóneas; também se pediu à banca que fizesse simulação. Saliu que todas aquelas entidades comprovaram o que ali foi dito pela Ana Vilhais, o que os deixou convictos de que o TC pretendia um apenas um esclarecimento adicional. No entanto, não podia assegurar, a cem por cento, que estaria tudo normalizado no processo, nem ninguém o poderia afirmar.

Portanto, o TC estava a par de tudo e estava escrito no documento que a Câmara enviou o ano passado que o orçamento estava a ser feito naquela base.

Recordou que a “herança” que recebeu do anterior executivo era bem pesada e o que se tinha feito era tentar reestruturar e dar respostas, relativamente àquela questão. Não podiam ter feito muito mais porque estiveram em saneamento financeiro, e sob regras apertadas e balizadas, as quais não permitiram contratar ninguém, nem aumentar o rendimento disponível. As coisas não se fizeram por falta da sua vontade de as fazer. A dívida sufocou-os a todos e a autarquia chegou a ter três e meio por cento acima do limite estipulado por lei.

Esperava que todos unissem as mãos para se tentar fazer com que Portalegre andasse para a frente. Estava convicta de que se pudesse aumentar a receita, não a curto prazo, mas a médio ou longo prazo. Saliu ainda que foi necessário ter aberto mãos de algumas receitas, para se conseguir captar investimento para Portalegre e fazer com que mais empresários cá apostassem.

Concluiu dizendo que estava ali como política e, acima de tudo, para defender os direitos dos portalegrenses, dos quais também fazia parte.-----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **5 – Nomeação de um membro de cada partido ou grupo de cidadãos eleitos representados na Assembleia Municipal para integração no Conselho Municipal da Juventude;**

O Presidente da mesa perguntou se todos os grupos políticos tinham apontado o membro para integrar a lista:

**CLIP:** Pedro Miguel Ribeiro Ranheta;

**PSD:** Cristiana Mafalda Camejo

**PS:** João Pedro Meira

**CDU:** Hugo Capote

### **6 – Criação do Conselho Municipal de Educação.**

O Presidente da mesa referiu que se tratava do ponto que foi incluído à ordem e que todos tiveram acesso ao documento. Perguntou se havia inscrições. Não havendo, passaram às votações. -----

### **DELIBERAÇÕES:**

#### **1.ª Moção – CDU (CTT);**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos a favor da CDU e da CLIP, com a abstenção do PSD e os votos contra do PS, aprovar a moção. -----

#### **2.ª Moção – CDU (Ramal Ferroviário);**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção do PS, e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar a moção. -----

#### **Recomendação da CDU – (Águas e Saneamento);**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a recomendação. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **3.ª Moção – CLIP (Central de Valorização de Biomassa de Portalegre);**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a moção. -----

### **4.ª Moção – CLIP (Plano de Incêndios);**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar a moção. -----

### **Recomendação CLIP (Gabinete Municipal da Seca);**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com uma abstenção do PEV e os votos favoráveis das restantes bancadas, aprovar a recomendação. -----

### **2 – Atas n.ºs 3 e 4, relativas às reuniões realizadas em 27 de dezembro e da comissão ad hoc para audição da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens;**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 3 abstenções e restantes votos a favor, aprovar a ata n.º 3. -----

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 3 abstenções e restantes votos a favor, aprovar a ata n.º 4. -----

### **3 – Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2018; - Deliberação de 31.01.2018 –**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS e a abstenção do PSD, aprovar o ponto. -----

### **4 – Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Portalegre para 2018/2021;**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com os votos contra do PS, aprovar o ponto. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

### **5 – Criação do Conselho Municipal de Educação:**

**DELIBERAÇÃO:** a Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto.-----

### **Declaração de voto – PSD (Joaquim Barbas)**

(Declaração de Voto dos eleitos do PSD na votação do Orçamento e Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para o ano de 2018)

“O Grupo Municipal do PSD considera que o Orçamento, o Mapa de Pessoal, e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2018 são os documentos estratégicos mais relevantes para a governação do Município, sendo a sua discussão e votação um momento determinante na vida política do concelho.

Estamos absolutamente determinados em honrar a confiança dos portalegrenses, que através do seu voto nos elegeram, colocando toda a nossa ação política ao serviço dos interesses do concelho e da população e acima de quaisquer interesses político partidários. Nesse sentido, reafirmamos o compromisso com o acordo pós-eleitoral alargado entre o movimento independente CLIP, a CDU e o PSD que permitiu uma solução governativa mais abrangente e estável para a Câmara Municipal de Portalegre.

Apesar disso, os eleitos do PSD não abdicam da sua total autonomia e liberdade de opinião, pelo que entendemos não prescindir da crítica construtiva e responsável das opções tomadas nos documentos em apreciação.

Após a análise dos documentos, reconhecemos que ainda existem constrangimentos de ordem financeira que limitam o trabalho do executivo em termos de um planeamento estratégico que possibilite um maior desenvolvimento do concelho, nomeadamente ao nível económico e social.

Respeitamos as opções do executivo camarário, mas consideramos que seria possível uma metodologia que permitisse um esclarecimento mais profundo sobre essas opções, nomeadamente no que se refere ao processo de reestruturação financeira, o qual carece de visto do Tribunal de Contas, conforme foi realçado pelo vereador eleito pelo PSD, aquando da aprovação do orçamento em reunião da Câmara Municipal.

Tendo em conta que ainda não foi atribuído o visto prévio por parte do Tribunal de Contas ao processo de reestruturação financeira e que o mesmo Tribunal expressa dúvidas que a proposta garanta a redução do serviço da dívida do Município, consideramos que o orçamento, porque fundamentado em pressupostos e não em factos, não reflete a real situação atual do Município e que será pouco cauteloso que os documentos estratégicos da governação do Município para o ano



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de 2018 tenham sido elaborados tendo como pressuposto a obtenção do referido visto do Tribunal de Contas.

Questionamo-nos, pois, sobre qual será a situação no caso do Tribunal de Contas não atribuir o respetivo visto?

Assim, não querendo obstaculizar a ação da Câmara Municipal, cujo princípio de libertar verbas dos encargos bancários para aplicar na melhoria das condições de vida da população e no desenvolvimento do concelho merece a nossa total concordância, mas considerando também que não se podem ignorar as normas e as instituições que regulam a ação municipal e que existe de facto uma base de incerteza nos documentos em apreciação que não podemos ignorar, porque não nos consideramos completamente esclarecidos face ao exposto anteriormente abstemo-nos na votação da Proposta do Orçamento e do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Portalegre para 2018.”

### **Declaração de voto – PSD (Joaquim Barbas)**

(Declaração de Voto dos eleitos do PSD na votação das Grandes Opções do Plano para o ano de 2018)

“Considerando que as Grandes Opções do Plano constituem um documento previsional onde se definem as linhas de desenvolvimento estratégico da autarquia, assumido um cariz plurianual, e que o documento apresentado é consistente com o programa eleitoral que foi sufragado com maior número de votos dos munícipes nas últimas eleições autárquicas e, ainda, porque genericamente, tendo em conta os constrangimentos, procura dar resposta àquelas que também consideramos serem as principais necessidades atuais do Concelho, o Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente as Grandes Opções do Plano – 2018, reafirmando a postura colaborativa e responsável que conduziu à solução governativa para a Câmara Municipal de Portalegre.”

### **Aprovação em minuta:**

O Presidente da Mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da Ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

**FALTAS:** Não houve faltas a registar.

### **ENCERRAMENTO:**

=====



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Mesa, encerrada a 3.<sup>a</sup> sessão ordinária da Assembleia Municipal, era 01.15 h, do dia 24 de fevereiro do ano de 2018 e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----